

**PARECER CONJUNTO AO PROJETO DE LEI Nº 247, DE 2024**

**Autor:** Mesa Diretora da Câmara Municipal.

**1. RELATÓRIO.**

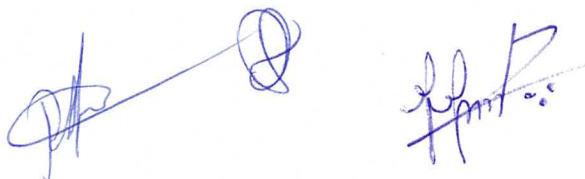
De autoria Da Mesa Diretora, o Projeto de Lei nº 247, de 2024, ora em apreciação, tem o objetivo de fixar o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais de Indianópolis/MG, para o mandato de 2025 2028, e dá outras providências. Visando tornar o processo legislativo mais célere, as comissões resolveram emitir o parecer conjunto.

**2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.**

A Constituição Federal, como lei máxima, discorre sobre requisitos formais e materiais ao processo legislativo, colocando limites para propositura de leis que forem contra a nossa norma suprema, pois estarão fadadas a sua inconstitucionalidade por meio do controle difuso ou concentrado de constitucionalidade, adotado no sistema brasileiro.

No tocante ao tema, a Constituição Federal assegurou a autonomia e independência dos poderes, estabelecendo no art. 29 inciso V, a competência privativa do Legislativo para fixar o subsídio dos agentes políticos. Vejamos:

**Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:**



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO  
COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE  
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS



**V - subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;**

Como se denota do art. 29 incisos V e VI, enquanto os subsídios dos vereadores devem ser fixados por Decreto ou Resolução, o subsídio dos demais agentes políticos, Prefeito, Vice e Secretários deve ser por Lei de iniciativa do Poder Legislativo.

Outra consideração que precisa deixar registrado que o limite do valor do subsídio do Prefeito estabelecido para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 37 inciso XI da Constituição Federal.

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não **poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal**, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO  
COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE  
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS




**3. CONCLUSÃO.**

Diante do exposto as Comissões Permanentes da Casa Legislativa, emitem o parecer conjunto pela legalidade e no mérito pela aprovação do Projeto de Lei nº 247, de 2024, por se tratar de matéria relevante e de interesse público.

É o Parecer SMJ,

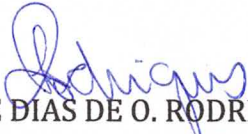
Sala das Reuniões, 3 de setembro de 2024.


JOSÉ HELVÉCIO FERNANDES DE REZENDE  
Relator/Presidente CLJR

  
RAFAEL DE ALMEIDA JACÓ  
Vice-Presidente CLJR

MARCOS TÚLIO DA SILVA  
Membro CLJR/Vice-Presidente CSP

LINDOMAR JOSÉ DOS REIS  
Presidente CFC

  
CRISTIANE DIAS DE O. RODRIGUES  
Vice-Presidente CFC

  
JOSÉ JOAQUIM PINTO (BARROSO)  
Membro CFC

JANICLEIDE ALVES DA SILVA  
Presidente CSP

ELMAR FERNANDES DE RESENDE  
Membro CSP